



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



MERCOSUL/REMPM/ATA Nº 03/08

**“REUNIÃO PREPARATÓRIA A VI REUNIÃO ESPECIALIZADA DE
MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO MERCOSUL”.**

Realizou-se na cidade de Salvador, no estado federativo da Bahia, Brasil, nos dias 25 e 26 de setembro de 2008, a Reunião Preparatória a VI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL, com a presença de Delegações dos Ministérios Públicos dos seguintes Estados Partes: República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai, República Oriental do Uruguai e República Bolivariana de Venezuela, em processo de adesão iniciado em 2006 e dos seguintes Estados Associados: República da Bolívia, República do Chile, República da Colômbia, República do Equador e República do Peru.

A reunião teve lugar após realização de Curso de Cooperação Jurídica Internacional, na mesma cidade, entre os dias 22 e 24 de setembro, no qual estiveram presentes representantes de todos os Ministérios Públicos dos países acima mencionados. Na ocasião, realizou-se, igualmente, Seminário de Difusão da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberREDE), destinando a membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, de Instituições de Capacitação dos dois ramos e demais atores judiciários dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL.

A lista das delegações participantes se encontra no **Anexo I**.

A agenda do encontro se encontra no **Anexo II**.

A lista de pontos de contato para consulta permanente se encontra no **Anexo III**.

A lista dos integrantes dos Grupos de Trabalho Especializados se encontra no **Anexo IV**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



Iniciou-se a Reunião Preparatória a VI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL com as palavras do Subprocurador-Geral da República e Membro da Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional da Procuradoria Geral da República, Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão, em caráter de Coordenador Nacional Alternativo no exercício da Presidência *Pro Tempore* brasileira, quem deu as boas vindas aos delegados dos Ministérios Públicos do Mercosul. Os representantes dos demais países se apresentaram em seguida e agradeceram o convite.

O Coordenador Nacional Alternativo deu continuidade aos trabalhos com a leitura da agenda preliminar, que foi aprovada por todos os presentes, após algumas sugestões de modificação.

A Delegação argentina propôs que fosse apresentado, para conhecimento de todos os presentes, o anteprojeto de lei argentino que tem como objetivo incorporar à legislação processual penal o uso de videoconferência em caráter jurídico, técnico e operacional. O texto do anteprojeto de lei foi repassado a todos os Estados Partes e Associados e consta como **Anexo V** da presente.

O representante do Paraguai, em caráter de Secretaria Técnica Permanente, fez as seguintes intervenções: em primeiro lugar, ressaltou a importância da consulta e da inclusão de documentos na página web da Reunião Especializada para que haja uniformização de informações entre todos os Estados; em segundo lugar, chamou atenção para a página web de documentos e informações relevantes da REMPM e, por último, solicitou aos membros a remessa dos documentos pertinentes para a constante atualização da mesma.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



Propôs-se, então, que todos os Estados enviassem à Secretaria Técnica Permanente, até o dia 30 de outubro do ano em curso, os formulários contendo informações estruturais e funcionais de cada ministério público, aprovados durante a Presidência *Pro Tempore* uruguaia, para que sejam incorporados à ata da Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL. O representante brasileiro sugere que haja uma publicação dos dados fornecidos.

A seguir, a delegação da República do Paraguai, na qualidade de coordenadora do Grupo de Trabalho Especializado em Assistência Jurídica, apresentou compilação das informações obtidas pelo preenchimento dos Questionários de Assistência Jurídica Mútua entregues durante a presidência *Pro Tempore* argentina e rogou aos países que ainda não o fizeram, a transmissão destes questionários, bem como a resposta as duas perguntas adicionais formuladas na V REMPM, igualmente, até o dia 30 de outubro.

Foi recomendado pelo representante do Paraguai, Dr. Juan Emilio Oviedo, um novo questionário com o intuito de padronizar informações a respeito da legalidade e do uso efetivo da videoconferência na assistência jurídica, que consta como **Anexo VI**. A recomendação foi aprovada por unanimidade e os questionários devem ser enviados à Presidência *Pro Tempore*, até o dia 30 de outubro.

Os Estados Partes e Associados do MERCOSUL destacam a importância de implementar a videoconferência como ferramenta para facilitar a cooperação jurídica internacional nos países do MERCOSUL e Associados. Neste sentido, os Estados Partes e Associados deixam expresso, neste momento, seu apoio à iniciativa argentina consubstanciada em projeto de lei apresentado ao legislativo daquele país.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



O representante do Chile ressalta que durante a III Reunião Especializada dos Ministérios Públicos do MERCOSUL o Ministério Público do Chile foi designado como elo entre este fórum, a AIAMP, a OEA e a IberREDE.

Neste sentido, relataram-se as ações seguintes realizadas com a finalidade de melhorar e estreitar relações com estes organismos:

a) Durante a XV Assembléia Ordinária da AIAMP, celebrada em Madrid, Espanha, no mês de outubro de 2007, criou-se a Secretaria Geral Permanente da AIAMP, designando-se para essa função o Ministério Público do Chile, sendo o Sr. Jorge Chocair Lahsen nomeado como Secretário Geral.

b) Criou-se a Secretaria Geral Permanente, que começou a desenvolver uma série de projetos que beneficiarão diretamente todos os Ministérios Públicos da Região, incluindo os do MERCOSUL e associados, destacando:

- Redação das “Guias de Santiago”, que dão diretrizes e recomendações de melhores práticas na proteção e atenção de vítimas e testemunhas. Conhecendo esse projeto e felicitando a iniciativa da Secretaria Geral da AIAMP, os representantes dos Ministérios Públicos participantes comemoraram a adoção, por parte da AIAMP, das “Guias de Santiago” como mecanismos de proteção e atenção a vítimas e testemunhas, sugerindo a cada MP que execute as ações que estejam dentro de seu alcance com o fim de assegurar a promoção e implementação em nível nacional.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



- Criação de um banco de dados dos diversos sistemas legais denominado “Fichas AIAMP”. Trata-se de um projeto que se constituirá de via de consulta rápida não só sobre os sistemas de Justiça em cada país, mas, também, sobre os procedimentos práticos e formais a seguir em vista da obtenção de diligências específicas, como formas de antecedentes penais, informação patrimonial, interceptação de telecomunicações, técnicas especiais de investigação, etc. Neste sentido, os representantes dos MPs do MERCOSUL vêm agradecer a oportunidade da Secretaria Geral da AIAMP, colocando à disposição dos MPs do MERCOSUL este importante banco de dados que beneficiará diretamente a cooperação jurídica internacional e que poderá complementar as ações já empreendidas dentro deste fórum.

c) Com a fim de promover e expandir ainda mais a utilidade da iniciativa da reunião dos MPs do MERCOSUL em relação ao questionário sobre uso de videoconferência, o MP do Chile oferece incorporar o mesmo à segunda versão das “Fichas AIAMP”, de modo que seja respondido por todos os MPs da Ibero América.

d) O MP do Chile, na qualidade de Secretaria Geral da AIAMP e junto à Procuradoria Geral de Estado da Espanha, como Presidente da AIAMP, foram convidados a fazer parte da Comissão de Assessoramento da Secretaria Geral da IberREDE, de modo a representar os interesses dos MPs da Ibero América, incluindo os do MERCOSUL, nessa rede de cooperação.

e) O MP do Chile ofereceu-se como sede da V Reunião Anual de Pontos de Contato da IberREDE, o que foi aceito e celebrado pela Secretaria Geral dessa rede.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



f) No primeiro semestre do ano 2008, por ocasião da realização da VII REMJA da OEA, em Washington, EUA, incorporaram-se expressamente os Chefes de Ministérios Públicos (“Fiscales Generales”) como participantes dessas reuniões, das que originalmente participavam somente os Ministros da Justiça como Procuradores Gerais, no sentido que o direito norte-americano atribui a esta expressão.

A Secretaria Técnica Permanente, a cargo do Ministério Público do Paraguai, informou que foi cumprido satisfatoriamente pelo Ministério Público do Chile o compromisso assumido na V REMPM, no sentido de criar, na página principal da internet da AIAMP, um link que dê acesso direto à página web dos MPs do MERCOSUL.

Na seqüência, o Procurador da República no Município de Feira de Santana, no estado da Bahia, fez uma apresentação sobre a situação do Brasil na cooperação internacional no combate ao crime transnacional fronteiriço.

Em sua intervenção, o Procurador enumerou os diversos problemas ainda encontrados na assistência jurídica. Afirmou que o desconhecimento dos mecanismos de cooperação internacional por parte das autoridades nacionais, o duplo sistema de cooperação, a vulnerabilidade das fronteiras, entre outros fatores, facilitam a existência de corredores de migração, de rotas de contrabando e de remessa ilegal de bens e valores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



Dr. Vladimir Aras fez menção à experiência da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), uma iniciativa do Ministério da Justiça que reúne 62 órgãos que estabelecem metas a serem cumpridas, relacionadas à persecução penal e a repressão da evasão de divisas. Nesse sentido, apontou para a conveniência de se convidar os membros dos Ministérios Públicos dos Estados representados nesta reunião a participar dos cursos de capacitação do PNLD (Programa Nacional de Lavagem de Dinheiro).

O Procurador concluiu sua apresentação com uma lista de sugestões para intensificar a cooperação jurídica nas cidades fronteiriças, dentre as quais podem-se mencionar a possibilidade da cooperação direta transfronteiriça em matéria penal, o incentivo do uso de investigações conjuntas e paralelas, a realização de seminários de difusão dos mecanismos existentes e a disponibilização de uma listagem de bancos de dados nacionais existentes.

Acolhendo sugestão do Procurador, os Estados Partes e Associados se comprometeram a enviar à Secretaria Técnica Permanente a listagem dos bancos de dados públicos e de acesso restrito de interesse para a investigação de crimes transnacionais, apontando para cada um, os respectivos responsáveis, e, ainda, seguindo sugestão da representante do Peru, as normativas internas sobre a consulta a estas bases de dados.

Do mesmo modo, os Estados Partes e Associados se comprometeram a enviar à Secretaria Técnica Permanente informações a respeito do uso de técnicas especiais de investigação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



em cada país, com as respectivas condicionantes legais. Para este efeito, à Presidência *Pro Tempore* enviara antes da Reunião Especializada a Secretaria Técnica Permanente modelo de formulário que contemple todos esses aspectos.

A jornada de trabalho foi concluída com a atualização dos dados dos integrantes dos Grupos de Trabalho Especializados em Assistência Jurídica e em Direitos Humanos, e, também, da planilha de pontos de contato para consulta permanente.

A segunda jornada de reunião iniciou-se com a apresentação do Procurador Regional da República, Dr. Daniel Sarmento, coordenador do Grupo de Trabalho Especializado em Direitos Humanos, que fez uma exposição sobre a atuação do Ministério Público Federal como agente fiscalizador do efetivo respeito aos Direitos Humanos.

Em seguida, foram apresentadas as deliberações da última reunião do Grupo de Trabalho, realizada na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 7 e 8 de abril de 2008, que incluem a organização de três seminários a abordarem os seguintes temas: a tutela coletiva de direitos humanos, a investigação e persecução penal dos crimes contra direitos humanos praticados durante regimes de exceção, os programas de proteção à testemunha e ao réu colaborador e a proteção dos direitos dos presos.

Conforme programa proposto, houve apresentação do Documentário “Ñande Guarani,” produto da parceria entre o Ministério Público Federal brasileiro e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, representada, neste encontro, em caráter de convidada especial, pela senhora Rosario Bonned.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



A seguir, a Procuradora da República no Estado de São Paulo, também coordenadora do Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal brasileiro, Dra. Ana Cristina Bandeira Lins, fez apresentação sobre o papel do Ministério Público no combate ao tráfico internacional de bens culturais, conforme solicitação proveniente da V REMPM.

A Delegação do Paraguai propôs que as Regras de Brasília sobre o Acesso a Justiça de Pessoas Vulneráveis fossem examinadas pelo Grupo de Trabalho de Direitos Humanos, quanto a sua pertinência para atuação dos MPs. Os representantes dos Estados Partes e Associados aprovaram a sugestão por unanimidade.

As delegações participantes agradecem a Presidência *Pro Tempore* e a Procuradoria Geral do Brasil, o trabalho desenvolvido na organização da presente Reunião Preparatória.

A Reunião acordou em realizar a VII REMPM e sua Preparatória na próxima Presidência *Pro Tempore*, a cargo da República do Paraguai, em local e data a definir.

Havendo cumprido a agenda proposta foi encerrada a Reunião Preparatória da VI Reunião Especializada de Ministérios Públicos dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL, que se realizará no dia 14 de novembro de 2008, na cidade de Brasília.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



República do Argentina
Adrián Omar Marchisio
Secretario de la Procuración General de la Nación

República Federativa do Brasil
Eugênio José Guilherme de Aragão
Subprocurador Geral da República

República do Paraguai
Juan Emilio Oviedo
Director de Asuntos Internacionales y Asistencia
Jurídica Externa

República Oriental do Uruguai
Enrique Rodriguez Martinez
Fiscal Letrado Nacional

Estado em Processo de Adesão

República Bolivariana do Venezuela
Juan Carlos Cabello Mata
Coordinador de Asuntos Inteacionales

Estados Associados

República da Bolívia
Abdiel Adin Andrade Urdininea
Fiscal de Materia
Coordinador de la Unidad de Cooperación
Internacional y Extradiciones

República do Chile
Marko Magdic
Subdirector Unidad Cooperación
Internacional y Extradiciones

República da Colômbia
Aydaluz Segrera Alarcón
Asesora Asuntos Internacionales

República do Equador
Marco Fernando Freire Lopez
Ministro Fiscal Distrital de Pichincha



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**



República do Peru
María Virginia Alcalde Pineda
Fiscal Provincial Penal